



4861 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

A COR ESCONDIDA EMBAIXO DO UNIFORME: QUEM PENSA O CURRÍCULO PARA A GERAÇÃO DO VENTRE-LIVRE?
Rosane de Azeredo Cunha Siqueira - UFF - Universidade Federal Fluminense

A COR ESCONDIDA EMBAIXO DO UNIFORME: QUEM PENSA O CURRÍCULO PARA A GERAÇÃO DO VENTRE-LIVRE?

Resumo

O presente artigo tem como intenção discutir as concepções que envolvem currículo e questões raciais na Educação Infantil. Tendo como ponto de partida a interrogação se a escola pública é negra, este estudo, ainda em movimento, busca na historiografia da formação da escola, compreender o currículo como criação dentro de um cenário multifacetado, no qual há uma alteridade histórica. Nossa lógica de pesquisa perpassa as questões filosóficas do ubuntu (RAMOSE, 2002), que acomoda os valores já colocados, mas que, de forma subjetiva, reafirma valores de cunho africano. Portanto, aliados a essa filosofia, propomos abrir uma reflexão sobre currículo, evocando a seguinte questão: A partir do pensamento de se tentar afirmar que a escola é negra, haverá também um currículo negro que se inscreve sobre o currículo prescrito? O diálogo prática-teoria-prática e os sentidos que nascem com as pesquisas nos/dos/com o cotidiano nos ajudarão a nos aproximar da complexidade dessa questão, de forma a construirmos um trajeto que agora começa, que valoriza o caminhar e não espera o fim.

Palavras-chave: Currículo; Relações étnico-raciais; Estudos do cotidiano

Quando nos questionamos se a escola pública no Brasil é negra, fizemo-lo a partir da aceitação da mudança de girar a câmera da posição de enfoque para uma perspectiva panorâmica, que nos fez mergulhar (ALVES, 2006) em um universo complexo, para tentar decifrar, em “pergaminhos” de inscrições cotidianas, quem são as crianças além do uniforme.

Pensar o currículo enquanto espaço de emancipação ou de enquadramento dos sujeitos faz parte de nossas reflexões. As práticas que encontramos nos cotidianos, que discutem propostas alternativas de se pensar as questões étnico-raciais, constituem um desafio que nos impulsiona a um pensamento que conecta diversos elementos e formas de conhecimento. Neste artigo, buscaremos refletir sobre a realidade curricular pensada para as crianças negras, *diante dos desafios de enfrentar as ideologias que visam a construção de sujeitos universais e a exclusão das diferenças* (MÜLLER, 2015, p. 14).

Ao sugerirmos o diálogo com a filosofia ubuntu, fazemo-lo dentro de um contexto que busca, reconhecendo a potência dessas práticas, a força vital para relacionar culturas e tradições, para a compreensão mútua e a defesa da vida humana. O ubuntu se insere aqui como uma ontologia, uma epistemologia e uma ética, que nos conduzem à noção de filosofia, que nos leva ao “Nós”. Uma forma de conceber o currículo como um organismo vivo, que faz com que o indivíduo perceba a sua existência e a dos outros. *Tudo que é percebido como um todo e sempre uma totalidade no sentido de que ex-iste e per-siste em direção ao que ainda está para ser. Porque esta é uma característica de toda entidade existente, ser-sendo* RAMOSE (2002, p. 2).

A tessitura deste artigo, que entrelaça questões historiográficas e reflexão curricular, provoca-nos a *beber de todas as fontes* (ALVES, 2008) e assim, captar as questões que envolvam raça e etnia, a partir do reconhecimento de admitirmos que não existem verdades absolutas. Uma trajetória que se fará, enquanto tomamos o cotidiano como abordagem teórico-metodológica e lançamos a semente de um questionamento que não se finda com a pesquisa em andamento.

Isso significa que iremos considerar tal movimento como incessante, na tentativa de nos libertar do dogmatismo do pensamento fragmentado, *baseado no entendimento de sujeito-verbo-objeto*, (Ibidem, p.4) indo em direção a uma lógica que vai além do que é colocado no currículo prescrito, que por vezes nos toma como cegos, precisando de guias, *em movimentos que generalizam, abstraem, sintetizam, globalizam*. (ALVES, 2008, p.41). Dessa forma, como nos diria MACEDO ao citar LE GOFF (2008):

[...] sob o véu de uma história globalizante, esconde-se um verdadeiro jogo em que atores, historicamente situados, construíram em seu cotidiano o passado que hoje buscamos compreender. Essa relação, típica dos estudos históricos, entre o passado e o presente, impõe, não apenas a compreensão do presente pelo passado que, muitas vezes, leva a tentação positivista de justificar tais estudos pela possibilidade de se evitar a repetição dos mesmos erros, mas também à compreensão do passado pelo presente, o que obriga a uma atitude prudentemente regressiva.

Veiga (2008) relata em seu artigo “*Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*”, que a questão do nascimento da escola pública no Brasil está entrelaçada aos conceitos de “negros” e “escravos”, e que, para estudarmos a história da educação brasileira, é preciso mergulharmos na historiografia da presença dos negros na educação, seja ela formal ou informal.

Alguns historiadores relacionam “negros” a “escravos” quando se trata da história da educação do negro no Brasil, porém a autora relata que, *ao tomar negros por escravos, estudiosos acabam por limitar a discussão sobre o lugar da escola pública na organização das nações modernas e dos Estados constitucionais* (VEIGA, 2008, p. 503). A autora salienta, ainda, sobre a questão do impedimento legal de negros às aulas, porém, ressalta que a educação para as crianças negras não era necessariamente realizada em uma escola, muitos tiveram acesso à aprendizagem da leitura e da escrita em espaços não escolares.

Foi possível perceber que, apesar da sociedade da época ser formada por uma população majoritariamente negra, a clientela que frequentava a escola pública pertencia às classes desfavorecidas (brancos pobres, negros e mestiços). Sendo esse, considerado um grupo não civilizado, que precisava sair da ignorância. A visão do negro nesse contexto aparece como o “coitado” e “sem inteligência”, que não teve acesso a uma educação formal e por isso pena na sociedade para conseguir melhores condições de vida. Dessa forma, o negro estaria fadado a morrer pobre nas periferias e o filho mestiço do pobre estaria fadado a permanecer nos subempregos, mas seria uma mão de obra qualificada, pois lhe seriam oferecidas outras oportunidades.

E o que dizer do currículo? Parafraseando Macedo, (2003) todo esse argumento histórico elucidativo desaguá num presente que nos autoriza a dizer que o currículo se constituiu num campo complexo e de disputas políticas socioeducacionais. A formação curricular da escola pública nasce pautada para uma clientela que se vê subjugada e considerada não civilizada. O ideal civilizatório propaga uma discriminação que separa a educação para brancos da elite, brancos desfavorecidos, negros e mestiços. Essa formação inicial reforça uma educação de caráter repositório, considerando que, para essas classes, sempre faltará algo a ser apresentado.

Diante dessa possibilidade, construir um movimento livre de remorsos, que acomode os valores estrangeiros, entrelaçados pela tomada de consciência da cultura africana, significa fazer com que nossas crianças sintam-se sujeitos em um emaranhado mundo de exclusão/inclusão, quebrando a ideia do negro como um “Ser” fora da história, ao mesmo tempo reforçando o ideal de “Nós” a sério.

A verdade de se buscar trabalhar com uma proposta dessa natureza perpassa por um caminho de confrontos com os discursos homogeneizantes, que se apoiam em métodos e signos pautados em uma cultura dominante. Criar alternativas não é tão fácil, *as táticas* (CERTEAU, 1998) que *os praticantes pensantes* (OLIVEIRA, 2016) constroem aparecem como indícios de que é possível fazer o diferente, dentro de uma realidade na qual se acentuam diferentes soberanias pedagógicas.

A opção de se buscar um trabalho antirracista na infância, com a proposta do “Ser” (ubuntismo), por exemplo, já quebra o protocolo do “não ser” ou “da folha em branco”. Identificando que o currículo não é só o que está imposto, mas é a criação cotidiana, é a releitura das regras, é dar a voz àquele que está à margem. As relações interculturais, que também ocorrem nesse universo, sejam elas fora ou dentro do ambiente escolar, fazem-nos admitir que o currículo vai além do que acontece na sala de aula. Ele é um espaço potente para um diálogo questionador, que nasce dos próprios educandos, ou seja, mais uma possibilidade de romper com as perspectivas eurocêntricas que fundamentam os nossos currículos e que nos possibilita *reconhecer nas criações curriculares cotidianas seu potencial emancipatório* (OLIVEIRA, 2016, p. 114).

Atentos a isso, vemos na prática transdisciplinar a possibilidade da criação de zonas de contato culturais, ou seja, inter-relações que nos situarão na natureza de uma materialidade que mostra um *entre-lugar* (CERTEAU, 1998), que possibilitará o advento de *descolonizações pedagógicas, curriculares, com metodologias antirracistas*. (ANTONACCI, p. 33) Esse mergulho na descolonialidade de seres e saberes transcende e incorpora o já vivido, produzindo fenômenos que se apresentam como ponto de partida para novas enunciações. Como nos lembra ANTONACCI (2015):

Além de suas reflexões sobre o emaranhado de antropofagias contidas em patrimônios históricos e culturais; de lembrar que nas vozes que ouvimos existem, sopros de outras emudecidas; que civilizações dominantes se nutrem de descobertas e saberes expropriados, em suas metáforas e rastros e que recorreu, Benjamin enunciou o desafio de “romper com o *continuum* da história”, expondo viscerais bifurcações que afloram em reminiscências de dias festivos (p. 31).

Considerar essa realidade implica a possibilidade de criarmos um currículo multicultural articulado às realidades e aos embates socioculturais nos diversos espaços e contextos. Não um mero espaço de celebrações folclóricas de forma exótica e estereotipada. Mas, um local de escuta e conhecimento quanto ao que nos afeta. Dessa forma será possível identificar e valorizar as múltiplas vozes que estão no cotidiano e assim construir um trabalho pedagógico realmente pautado na cultura das diferenças.

Referências Bibliográficas

ALVES, Nilda. *Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas*. In: ALVES, Nilda e OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas*. 3ª Edição, Petrópolis. DP et Alí, 2008

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Descolonizando histórias de África, culturas africanas e da diáspora*. In: MÜLLER, Tania Mara Pedroso, COELHO, Wilma de Nazaré Baía & FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa. *Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo*. São Paulo, Editora Livraria da Física, 2015.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Editora Vozes, RJ, 1998

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo, conceito e pesquisa.*, 6ª Edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes , 2003

MACEDO, Elizabeth. *Aspectos metodológicos e História do Currículo.* In.: ALVES, Nilda e OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas.* 3ª Edição, Petrópolis. DP et Alii, 2008

MULLER, Tania Mara Pedroso, COELHO, Wilma de Nazaré Baía e FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa. *Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo.* , São Paulo, Editora Livraria da Física, 2015

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *O currículo como criação cotidiana.* Petrópolis. DP et Alii, FAPERJ, 2016.

RAMOSE, Magobe B. *African Philosoph through Ubuntu:* Harare Mond Books, 2002. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

REGIS, Kátia. *O ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no Brasil e da história e cultura africana e local em Moçambique: desafios e possibilidades.* In: MÜLLER, Tania Mara Pedroso, COELHO, Wilma de Nazaré Baía & FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa. *Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo.* São Paulo, Editora Livraria da Física, 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial.* Revista Brasileira de Educação, v. 13. n. 39 set/dez, São Paulo, 2008